**MODELO DE PROJETO DE LEI - ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS**[[1]](#endnote-1)

**LEI N° NNNN/AAAA**

*Altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.*

O Prefeito Municipal de (NOME DO MUNICÍPIO), no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de (NOME DO MUNICÍPIO) aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de XX,XX%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2° Fica instituída contribuição a cargo do ente no percentual de XX,XX%, relativa ao custo suplementar destinado à amortização do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, para o período de AAAA (ano inicial) a AAAA (ano final).[[2]](#endnote-2)

Art. 3° As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de AAAA (ano inicial)[[3]](#endnote-3), serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4° Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.[[4]](#endnote-4)

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(LOCAL), (DIA) de (MÊS) de (ANO).

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

##### (NOME DO PREFEITO)

##### Prefeito Municipal

PUBLICADA EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ NO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Assinatura)

Nome:

Cargo:

Matrícula:

1. **ATENÇÃO:** Este modelo tem por objetivo auxiliar o ente federativo na elaboração do projeto de lei de alteração de alíquotas, devendo ser previamente analisado e adaptado à realidade local, observados os parâmetros estabelecidos nas normas gerais (Portarias MPS nº 402/2008 e 403/2008), especialmente o art. 25 da Portaria MPS nº 403/2008, que estabelece requisitos a serem observados nas situações de revisão do plano de custeio que impliquem em redução de alíquotas. [↑](#endnote-ref-1)
2. Na hipótese de se optar por plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial composto por alíquotas de contribuição suplementar diferentes a cada exercício, sugere-se a seguinte redação para o dispositivo que as venha a instituir:

   “Art. 2°. Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

   |  |  |
   | --- | --- |
   | **Período** | **Custo Suplementar (%)** |
   | 2013 | xxxx |
   | 2014 | xxxx |
   | 2015 | xxxx |
   | 2016 | xxxx |
   | 2017 | xxxx |
   | 2018 | xxxx |
   | ....... | ....... |

   [↑](#endnote-ref-2)
3. Será sempre o exercício de publicação da lei. [↑](#endnote-ref-3)
4. Artigo destinado a possibilitar a edição de Decreto para futuras alterações das alíquotas a cargo do ente. Neste caso, a redação do futuro Decreto seguirá o modelo acima, com as adaptações características desse instrumento. [↑](#endnote-ref-4)